
Roberto Corrêa dos Anjos

Licenciado em Educação Física e Desportos (UFRJ) e Advogado (UCAM); Mestre em Ciências do Desporto e Educação Física (UERJ); Especialista em Direito Imobiliário; Diretor da Escola de Saúde e Educação e Coordenador de Graduação em Educação Física – Centro Universitário São José. Professor Assistente da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

RESUMO:

O presente artigo apresenta uma reflexão sobre o processo de construção de valores em crianças e jovens no contexto do desporto escolar e da Educação Física, enquanto componente curricular obrigatório da Educação Básica. A escola tem como principal objetivo proporcionar aos educandos uma formação global privilegiando todas as dimensões do indivíduo e a inserção desse, de forma crítica e consciente, na sociedade. Não deve se limitar, simplesmente, a reproduzir os conflitos sociais extramuros mas, principalmente, lançar sobre eles um olhar reflexivo e consciente, apostando na formação de agentes ativos na transformação social.

Com base na visão de PIAGET, podemos afirmar que o foco das atenções do processo ensino-aprendizagem no que se refere aos estágios de desenvolvimento da moral, aponta para a passagem do estágio heterônomo para o estágio autônomo, através da qual o indivíduo adquire a consciência moral como instrumento a ser utilizado na solução dos conflitos sociais.

Considerando a necessidade de vivências concretas para a edificação, interiorização e reflexão de valores, o desporto escolar pode contribuir de maneira ímpar para o amadurecimento da criança e do jovem. A preocupação com a criação de estratégias de ensino que permitam à criança, não só ter contato com as regras dos jogos e diferentes modalidades mas, além disso, ter a oportunidade de refletir e reconstruí-las diante de uma visão autônoma de conduta moral, deve ser uma preocupação constante do educador.

Palavras-chave: Heteronomia / Autonomia / Valores / Moral / Ética / Educação Física / Desporto Escolar

ABSTRACT:

This article presents a reflection on the process of building values in children and young people in the context of school sports and Physical Education, as a mandatory curricular component of Basic Education.

The school's main objective is to provide students with a global formation, favoring all dimensions of the individual and the insertion of the individual, critically and consciously, in society. It should not be limited, simply, to reproducing the extramural social conflicts, but, mainly, to launch on them a reflective and conscious look, betting on the formation of active agents in social transformation.

Based on PIAGET's view, we can affirm that the focus of attention of the teaching-learning process with regard to the stages of moral development points to the transition from the periodonomeno stage to the autonomous stage, through which the individual acquires moral awareness as an instrument to be used in the solution of social conflicts.

Considering the need for concrete experiences for the building, interiorization and reflection of values, school sports can contribute in a unique way to the maturation of children and young people. The concern with the creation of teaching strategies that allow the child not only to have contact with the rules of the games and different modalities, but, in addition, having the opportunity to reflect and rebuild them before an autonomous view of moral conduct, should be a constant concern of the educator.

Keywords: Heteronomy / Autonomy / Values / Morals / Ethics / Physical Education / School Sports

INTRODUÇÃO

Na década de 70, proliferou o modelo piramidal de formação de jovens talentos desportivos, onde a necessidade de implantação de uma política voltada para a massificação do esporte encontrou a instituição escolar como a pedra fundamental de um projeto, que visava aumentar o número de praticantes das diversas modalidades esportivas, multiplicando assim a matéria-prima a ser garimpada. Essa perspectiva ganhou novo impulso no Rio de Janeiro tendo em vista a realização dos Jogos Pan-americanos de 2007 e posteriormente com os Jogos Olímpicos de 2016.

Mais uma vez a Educação Física escolar, diante de sua total falta de identidade como componente curricular obrigatório da Educação Básica, se expôs ao risco de se ver envolvida em um projeto, cujo objetivo real era dar visibilidade a determinadas forças políticas regionais, mas sem, de uma forma contínua e permanente, apresentar uma proposta político-pedagógica que apontasse para uma formação holística de nossas crianças e jovens, por meio de atividades lúdico-recreativas e desportivas na escola.

Nossa intenção não é, nesse breve estudo, apresentar uma análise filosófico-analítica do que representa, no imaginário de nossas crianças em idade escolar, a participação em eventos esportivos de grande repercussão internacional, tampouco questionar, sob uma visão sócio-política, a realização dos supramencionados mega-eventos na Cidade do Rio de Janeiro.

Nosso objetivo é apresentar uma reflexão sobre as contribuições do desporto escolar, inserido em uma proposta muito mais ampla de formação por meio de atividades inerentes à disciplina Educação Física, no contexto curricular de nossas escolas.

Quanta vida e cidadania inundam as crianças no desporto! Porque nele cultivam a identidade e a assunção progressiva da responsabilidade pelo seu comportamento e pelo estilo de vida adotado, como sinal de apreço e conhecimento pela vida oferecida. Porque nele têm lugar os outros e o respeito pelas diferenças. E nele superioridade e inferioridade, vitória e derrota, sucesso e insucesso encontram uma naturalidade de vivência e aceitação.

Chamemos as crianças para o desporto, porquanto este encerra um confronto simbólico com os problemas e dilemas humanos. Um campo de aprendizagem e exercitação de formas construtivas, autônomas e refletidas de lidar com regras, de desdobrar a competência moral, de forjar motivos e perspectivas de vida.

O que convida a valorizar cada vez mais o desporto na escola, na família e na vida, sob pena de abdicarmos de um modo vivo de educar, de respeitar e realizar os direitos inalienáveis das crianças.

(BENTO, 1998, p.134)

Diante das diversas, e já promulgadas potencialidades formativas do desporto, elegemos como fulcro de nossas atenções no presente artigo, a formação de valores,

por meio da revisão da literatura que trata do desenvolvimento das estruturas axiológicas, desde a infância até a vida adulta. Buscamos demonstrar que, para utilizarmos o desporto escolar, com suas características formativo-educacionais no que tange a construção de relações de convívio humano, objetivando estabelecer um contraponto às identificadas no desporto de alta performance, onde o *fair play* nem sempre é a tônica, devemos atentar para o desafio que se tem estabelecido na sociedade atual, relacionado aos conflitos de valores que surgem na vida coletiva e do papel das instituições educacionais diante da reflexão acerca da construção das habilidades básicas que permitam ao indivíduo exercer a liberdade, tolerância e solidariedade.

O CONCEITO DE MORAL

Entendemos por moral um conjunto de regras, normas e costumes que regulam as relações entre os indivíduos de uma dada comunidade ou sociedade. Essa definição aponta, em princípio, o caráter geográfico, histórico e cultural da moral, visto que, enquanto normatização de comportamentos, espera-se que seja mutável e flexível, sendo dependente do contexto no qual está inserida. O surgimento de uma nova ordem política e social pressupõe a criação de novos princípios e códigos morais.

Segundo BOFF (1997, p.27) “a moral está ligada a costumes e tradições específicas de cada povo, vinculada a um sistema de valores, próprio de cada cultura [...]”.

A moral se manifesta de duas formas distintas: “a moral normativa e a moral factual” (VAZQUEZ, 1969, p.52).

A *moral normativa* é representada pelo conjunto de normas, princípios e regras que regulamenta as relações entre os indivíduos e/ou as sociedades. Nasce das necessidades da própria sociedade buscando apresentar caminhos a serem seguidos diante dos conflitos morais. A *moral normativa* conta com poderosos instrumentos para sua reprodução: a família, a educação, as religiões, os meios de comunicação etc. Logo ao nascer, a criança começa a receber informações que irão, aos poucos, formando as bases para a assimilação da moral vigente. Nesse momento, a moral mostra seu poder coercitivo impondo aos membros de uma determinada comunidade, padrões de conduta que muitas vezes são aceitos e reproduzidos muito mais como garantia da sobrevivência coletiva do que pela própria consciência. Essa coerção fica bastante límpida quando é analisado o poder dos códigos jurídicos que, muitas vezes, se confundem com os códigos morais.

Espera-se que haja a compreensão do código e o poder de discernimento do indivíduo para que este possa tomar as decisões moralmente corretas diante dos conflitos. Pressupõe-se, desta forma, um elevado nível de consciência: a *consciência moral*. A *moral factual* é representada pelo ato em si, a ação exercida pelo indivíduo diante das diferentes situações. Está intimamente ligada à moral normativa, mas com esta não se confunde. A

moral factual quase sempre é dependente da normativa, no entanto, a existência desta última não garante o surgimento da primeira. A norma existe para ser cumprida, mas sua existência não determina seu cumprimento. Somente através do ato moral podemos afirmar que existe a consciência moral.

EDUCAÇÃO E ÉTICA

A luta dos contrários, como linha de pensamento dialético, impõe necessariamente a passagem do velho para o novo, do simples para o complexo. Em outras palavras, o dinamismo das relações sociais faz com que, a todo instante, valores morais sejam questionados e muitas vezes modificados com base no processo evolutivo da própria sociedade. Há de se considerar que tal movimento se dá de forma aditiva e não substitutiva, ou seja, ao conhecimento construído e acumulado somar-se-ão novos conhecimentos. Assim, o novo e mais complexo representa a evolução do velho e do mais simples e não a sua sobreposição.

A escola é um instrumento utilizado por uma dada sociedade para que possa reproduzir e perpetuar, na medida do possível, seus conhecimentos e valores. Na verdade, o discurso das potencialidades de transformação da escola, sob um certo prisma, contradiz a própria essência e objetivos para os quais essa instituição se estabeleceu. No entanto, também é verdade que, levando em conta a possibilidade do desenvolvimento da consciência crítica individual ou coletiva, pode-se esperar que a escola contribua de maneira efetiva com o estabelecimento de conflitos entre o velho e o novo. “Para Piaget, a moral depende do tipo de relação social que o indivíduo mantém com os demais e existem, portanto, tantos tipos de moral como de relações sociais” (DIAZ –AGUADO, 1999, p.20).

É visível o fato de que a nova sociedade globalizada aponta cada vez mais para a hipercompetitividade. A busca obstinada pelo sucesso, em muitos momentos, acaba por negligenciar totalmente valores como: solidariedade, respeito ao próximo, amizade etc. Todas as instituições sociais sofrem com esta deturpação axiológica. Com a escola não é diferente. Podemos esperar que, como espelho da própria sociedade, interiorize esses valores (ou falta deles) exigindo dos profissionais que nela atuam atenção redobrada para que não sirvam de meros reprodutores e mantenedores do *status quo*. É nesse momento que a ética, enquanto conhecimento teórico da moral, faz-se imprescindível no ambiente escolar.

BOURDIEU & PASSERON (1982) reforçam as características coercitivas da educação escolar ressaltando seu papel como fenômeno social de massa, cujo objetivo é manter o status quo social através da reprodução dos valores considerados positivos. “[...] o trabalho pedagógico contribui para produzir e para reproduzir a integração intelectual e a integração moral do grupo ou da classe em nome dos quais ele se exerce” (p.47).

A pregação teórica de valores como a solidariedade e o respeito ao próximo esbarra na necessidade de “vencer a qualquer custo” imposta pela hipercompetitividade presente em qualquer setor desta sociedade. O brinquedo e o jogo lúdico, onde a participação se estabelece a partir do interesse pessoal de cada criança, deram lugar a uma estrutura institucionalizada onde a violência, o doping, o desrespeito às regras e regulamentos são ações rotineiras, tudo em nome da obtenção de resultados e em busca da performance do desporto de alto rendimento, mesmo no contexto da escola.

Para DE LA TAILLE (2000) a escola representa o ambiente mais propício para a vivência de conflitos sociais que devem estimular o pensamento reflexivo apontando para uma análise crítica da sociedade. Atenta, no entanto, para o problema da escola render-se ao poder coercitivo dos fenômenos sociais e, ao contrário de questioná-los crítica e conscientemente, passar a reproduzi-los de forma ingênua. Para DÍAZ-AGUADO (1999, p.106) “[...] a educação deve proporcionar experiências que permitam descobrir como resolver conflitos através da reflexão e favorecer uma atitude positiva até os estados de dúvida ou incerteza que a estimulam”.

O processo ensino-aprendizagem deve expor o aprendiz a uma gama de vivências através das quais ocorra a interação entre esse e o meio, gerando mudanças internas e externas, permitindo-lhe, como agente ativo do processo, apresentar mudanças de comportamento e, ao mesmo tempo, modificar o próprio meio. Nesse sentido, a escola deve estar atenta aos conflitos sociais que envolvem seus alunos e buscar desenvolver estratégias que permitam a edificação de uma “*moral consciente*” que, uma vez interiorizada de forma crítica pelo educando, possa lhe acompanhar em todas as ocasiões em que se deparar com a necessidade de solucionar situações-problema morais, permitindo-lhe a escolha de alternativas mais aceitáveis e coerentes com os valores sociais. Nos parece claro, portanto, a necessidade da escola proporcionar vivências essencialmente práticas aos educandos, permitindo-lhes a construção de valores em um ambiente que privilegie uma relação saudável e harmoniosa, mas que não os poupe da exposição aos conflitos sociais. Entretanto, a escola não deve se limitar a, simplesmente, “refletir” como um espelho as imagens da sociedade. Muito mais do que isso deve buscar compreendê-las e, sobre elas, estruturar juízos e valores.

É importante ressaltar que valores podem constituir-se, em certos momentos e sob certa conjuntura, no estabelecimento de ações subversivas que busquem modificar o *status quo*, reconhecidamente injusto e marginalizador.

A FORMAÇÃO DA MORAL NA CRIANÇA

Segundo DALLEGRAVE (2000, p.26)

Enquanto a moral heteronômica só percebe o que “é”, a moral autônoma

percebe também o que “deveria ser”, ou seja, é capaz de diferenciar o juízo ou a conduta real da conduta correta ou desejada. Por outro lado, há também um crescimento de universalidade ou integração, que se refere à utilização de critérios morais aplicáveis a qualquer tempo, pessoa ou situação.

A MORAL HETERÔNOMA	A MORAL AUTÔNOMA
<ol style="list-style-type: none"> 1. É imposta a partir do exterior como um sistema de regras obrigatórias. Tem caráter coercitivo e é fonte do dever. 2. Baseia-se no princípio de autoridade, no respeito unilateral e nas relações de pressão. 3. Encontra-se, de fato, na maioria das relações entre o adulto e a criança. 4. Sua prática é defeituosa por ser exterior ao indivíduo que a deforma egocentricamente. 5. A responsabilidade é julgada em função das conseqüências materiais de uma ação: realismo moral. 6. A noção de justiça se baseia primeiro na obediência à autoridade e no ato de evitar o castigo. E as proibições devem ser necessárias, dolorosas e arbitrariamente castigadas. A função do castigo é a expiação. Por fim, a justiça começa a basear-se na igualdade. Deixa de ser retributiva e se faz distributiva, passando por uma fase de mero e estrito igualitarismo. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Surge do próprio indivíduo como um conjunto de princípios de justiça. Tem caráter espontâneo e é fonte do bem. 2. Baseia-se no princípio de igualdade, no respeito mútuo e nas relações de cooperação. 3. Não estática e fixa, mas uma forma de equilíbrio limite nas relações sociais. 4. Sua prática é correta por ser o resultado de uma decisão livre e racional 5. A responsabilidade é julgada em função da intenção. 6. A noção de justiça supera a fase do estrito igualitarismo para basear-se na eqüidade. O princípio de justiça autônomo é a forma superior de equilíbrio das relações sociais. Baseia-se na reciprocidade. Os castigos se convertem, assim, em algo motivado, não necessariamente recíproco.

Quadro 1 – As duas etapas do desenvolvimento moral descritas por PIAGET.

Fonte: DIAZ-AGUADO, 1999, p.22.

Nos parece óbvio que a escola deva buscar desenvolver nos estudantes a moral autônoma, pois, somente com ela podemos esperar a construção da consciência moral, independente do realismo moral.

Considerando o processo de desenvolvimento das crianças, podemos esperar que a moral autônoma se desenvolva a partir da moral heterônoma, como um estágio de maturação que dependerá da exposição a estímulos adequados, papel que deve ser obrigatoriamente exercido pela escola e pelo educador e com o qual a Educação Física e o desporto escolar podem contribuir de maneira incomensurável.

A moralidade heterônoma caracteriza-se pela orientação para a punição e para a obediência. Constitui o 1º estágio do desenvolvimento moral, segundo Kolberg, citado

por DALLEGRAVE (2000). “Neste estágio, a moralidade de um ato é definida em termos de suas conseqüências físicas para o agente. Se a ação é passível de punição, está moralmente errada; se não passível de punição está moralmente correta” (p.21).

ESTÁGIOS DO DESENVOLVIMENTO MORAL SEGUNDO PIAGET

Dos 0 aos 2 anos, quando a criança se encontra no estágio sensório – motor, ainda não existe uma consciência sobre as regras. A criança brinca livremente e se desenvolve a partir de suas experimentações concretas. No estágio Pré-Operatório começa a perceber a existência das regras sem, no entanto, compreender exatamente sua necessidade. Por ser egocêntrica, a criança ainda não participa com freqüência de atividades coletivas, o que passa a acontecer na fase final desse estágio e a partir do 3º estágio: Operatório Concreto.

A partir daí com a intensificação das relações em grupo, o estabelecimento dos conflitos naturais da convivência com seus pares levará, obrigatoriamente, a construção de um juízo de valores, sem o qual não será possível, ou pelo menos será muito difícil, viver de forma harmoniosa em grupo.

O terceiro estágio, que corresponde à fase das Operações Concretas, ocorre quando as crianças começam a jogar com outras e percebem a necessidade da existência de regras, porque se dão conta de que todos devem jogar de maneira que haja respeito mútuo e usar as mesmas regras. As crianças atingem, neste período, um consenso a respeito das regras através da imitação e da interação com outras crianças. (DELLAGRAVE-2000, p.15)

No 4º estágio, Operações Formais, as regras tornam-se codificadas e as crianças passam a compreender a necessidade de sua existência e o caráter arbitrário e injusto de algumas delas. É interessante, visando alcançar a moral autônoma, estimular a discussão sobre tais regras e buscar a construção de outras novas, a partir do julgamento moral e do juízo de valores das próprias crianças.

De acordo com a visão piagetiana, a educação moral deve ser, necessariamente, ativa. Os discursos morais devem ser substituídos por uma prática moral que leve a criança a refletir sobre suas ações e a dos outros; que leve a passagem de uma moral simplesmente normativa, imposta de uma forma exógena para uma moral endógena, alicerçada em suas vivências conflituais de forma dinâmica e constante.

“Para adquirir o sentido da disciplina, da solidariedade e da responsabilidade, a escola ativa se esforça em proporcionar à criança situações nas quais tenha de experimentar diretamente as realidades morais, e que vá descobrindo, pouco a pouco, por si mesma as leis constitucionais (...). Elaborando elas mesmas as leis que hão de regulamentar a disciplina escolar, elegendo elas mesmas o governo que há de encarregar-se de executar essas leis, e constituindo elas mesmas o poder judicial que há de ter por função a repressão de delitos, as crianças têm a oportunidade de aprender por experiência o que é obediência a uma norma, a adesão ao grupo e a responsabilidade individual” (Piaget, apud DIAZ –AGUADO, 1999, p.24).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, nos parece fidedigno afirmar que, considerando o papel a ser desempenhado pela escola no que tange ao desenvolvimento moral das crianças e jovens, devemos buscar uma passagem do estado de heteronomia moral para o estágio da autonomia moral onde o respeito às regras da convivência harmoniosa, sem as quais tornam-se impossíveis as relações justas entre os homens, se dá pela construção da “moral consciente” e não mais pelo medo da punição advinda de atos morais condenáveis.

Nesse aspecto, o desporto escolar pode contribuir sobremaneira, pois, permite ao educador consciente, estabelecer estratégias através das quais as crianças se depararão com conflitos morais concretos, apontando para a necessidade da reflexão voltada a solução dos problemas das relações coletivas.

Cabe ressaltar, no entanto, que a passagem do estágio heterônimo ao estágio da autonomia moral, dependerá de uma relação democrática e aberta entre educador e educando. Mais que isso, dependerá da estimulação, por parte do primeiro, buscando uma rediscussão e reestruturação das regras simplesmente impostas de fora para dentro. Em outras palavras, é imprescindível que a criança tenha a oportunidade de discutir e reorganizar as regras dos jogos, criando com isso um compromisso muito maior na relação com elas, tendo em vista a mudança de seu papel enquanto agente ativo e transformador.

Concluindo, o que se espera através da prática do desporto escolar é contribuir com a criança no sentido de que essa possa atingir um estágio de desenvolvimento moral que lhe permita relacionar-se de forma muito mais altruísta com a sociedade hodierna, tão carente de uma consciência crítica que aposte na construção de valores universais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BENTO, J.O. *Desporto e Humanismo: o campo do possível*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1998.
- BOFF, L. *A Águia e a Galinha. Uma metáfora da condição humana*. 12ª ed. Petrópolis, 1997.
- BOURDIEU, P., PASSERON, J. *A Reprodução*. Trad. Reynaldo Bairão. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.
- DALLEGRAVE, C.M.R. *Desenvolvimento Moral do Adolescente: a identificação com o professor*. Caxias do Sul: EDUCS, 2000.
- DE LA TAILLE, Yves. *Conceito de Ética Ainda é Pouco Entendido na Escola*. Jornal O Globo, Rio de Janeiro, 11 jun. 2000. Caderno Educação & Trabalho, p.1-2.
- DIAZ-AGUADO, M.J. *Construção Moral e Educação: uma aproximação construtivista*

para trabalhar conteúdos transversais. Trad. por Orlando Fonseca. São Paulo: EDUSC, 1999.

PIAGET, Jean. **O Desenvolvimento da Inteligência da Criança.** Ed. Pioneira. 1978.

PIAGET, Jean. **Para Onde Vai a Educação.** Tradução por Ivette Braga. Rio de Janeiro: José Olympio, 1988.

VAZQUEZ, Adolfo Sanchez. **Ética.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969.